RELATÓRIO ANUAL 2017

conectas
direitos humanos

ÍNDICE

CARTA DA DIREÇÃO 03
VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL 04
DESENVOLVIMENTO E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS 08
FORTALECIMENTO DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO 10
COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 12
SUR - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS 14
INSTITUCIONAL 16
TRANSPARÊNCIA 18

EXPEDIENTE

Diretora-executiva: Juana Kweitel
Diretor Jurídico e Financeiro: Marcos Fuchs

Coordenação:
Caio Borges - coordenador de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais
Camila Asano - coordenadora de Programas
Fernanda Mioto - coordenadora Administrativa-Financeira
Leonardo Medeiros - coordenador de Comunicação
Rafael Custódio - coordenador de Violência Institucional

Conselho delibterativo:
Presidente: Margarida Genevois
Anamaria Schindler
Andre Degenszajn
Darci Frigo
Denise Dora
Fabio Caruso Cury
Flavia Regina de Souza
Malak Poppovic
Marcelo Furtado
Sandra Carvalho
Sueli Carneiro
Theodomiro Dias Neto

Conselho fiscal:
Vacante
Emilio Martos

Texto: Sara Baptista e Teresa Ferreira
Edição: Leonardo Medeiros (Mtb: 59.511)
Edição de imagens: João Paulo Brito
Design gráfico: Be Arts

CARTA DA DIREÇÃO

Após um processo de revisão, no ano anterior, de seus programas, métodos e estratégias de atuação, a Conectas implementou o novo planejamento plurianual. As atividades da organização passaram a se concentrar agora em três eixos principais: Desenvolvimento e Direitos Socioambientais, Fortalecimento do Espaço Democrático e Violência Institucional. As novas diretrizes estabelecidas pela Conectas, com vigência até 2020, têm como foco tornar a entidade mais permeável e ágil para responder a um cenário de retrocessos em matéria de direitos humanos.

Outro resultado do planejamento foi a consolidação de uma comunicação capaz de levar as mensagens sobre igualdade e justiça a novos públicos, engajando mais pessoas em nossa luta pela defesa e promoção de direitos para todos e todas. A mudança da marca Conectas é parte desse processo. Mais que uma simples reforma visual, a nova marca representa a síntese dos nossos anseios por uma comunicação mais aberta e reafirma nossa trajetória de fortalecer o movimento de direitos humanos a partir de um olhar do Sul Global.

No início de 2017, uma série de rebeliões violentas eclodiu em presídios do Norte do país, repetindo cenas que mais uma vez chocaram o mundo e revelaram o estado de colapso do terceiro sistema prisional que mais prende pessoas em todo o planeta. Conectas cobrou medidas urgentes das autoridades e expôs internacionalmente os mecanismos que intensificam a bomba-relógio das prisões brasileiras. A cumplicidade dos sistemas de justiça com diversas violações também foi foco de nossa atuação a partir do relatório "Tortura Blindada", em que mostramos como as audiências de custódia têm descumprido uma de suas principais missões: a de identificar e coibir a tortura das forças policiais.

Os direitos socioambientais viraram alvo preferencial de um Congresso composto por uma bancada ruralista numerosa, que representa os interesses do agronegócio arcaico e com influência sobre o Executivo. Conectas e seus parceiros agiram com muita velocidade contra as tentativas de enfraquecer a chamada "lista suja" uma ferramenta considerada modelo para combater o trabalho análogo ao escravo. Indígenas e quilombolas não tiveram paz: a tese do marco temporal tentou restringir, a partir de uma ação levada ao Supremo Tribunal Federal, a interpretação do direito originário à terra, condicionando esse reconhecimento somente aos povos tradicionais que ocupavam seus territórios na data da promulgação da Constituição de 1988.

Nem tudo, felizmente, foi retrocesso. Em 2017, o Brasil adotou uma legislação de vanguarda na acolhida de migrantes. A Lei 13.445/2017 substituiu o anacrônico Estatuto do Estrangeiro, escrito sob a óptica da segurança nacional, e passou a abordar a migração pela perspectiva de direitos humanos. A nova legislação veio em boa hora: a crise humanitária que atingiu a Venezuela gerou um forte fluxo migratório em direção a diversos países das Américas. No Brasil, a maioria dos venezuelanos entrou pela fronteira com o Estado de Roraima. Desde então, Conectas passou a atuar para colocar a nova lei em prática e para a formulação de políticas locais e nacionais capazes de responder a essa emergência.

O uso dos fóruns internacionais continua sendo uma estratégia explorada pela Conectas para denunciar ao mundo as violações que acontecem no Brasil. Em 2017, o país passou pelo seu terceiro ciclo da Revisão Periódica Universal da ONU. A organização atuou para fortalecer o engajamento da sociedade civil no processo como uma oportunidade para expor e cobrar do Estado brasileiro um maior empenho em suas políticas de direitos humanos.

Esse breve resumo de 2017 mostra a relevância de organizações como a Conectas na defesa de direitos, sobretudo das populações mais vulneráveis. Estamos certos de que as mudanças implementadas revigoraram e fortaleceram nossa atuação. Agradecemos aos financiadores e parceiros pelo apoio e confiança em nosso trabalho. Agradecemos também aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal pela orientação constante e encorajamento. Por fim, agradecemos a nossa equipe de profissionais por compartilhar nossa missão e valores e por concretizar essa luta por meio de seu engajamento diário.

Juana Kweitel
diretora-executiva

Marcos Fuchs
diretor jurídico / financeiro

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A BOMBA-RELÓGIO DO SISTEMA PRISIONAL

Uma série de rebeliões violentas em presídios no Norte do país expôs a falência da gestão prisional brasileira

O ano de 2017 teve início expondo o fracasso na gestão do sistema prisional. Enquanto a população celebrava o Ano Novo, rebeliões violentas se espalharam por presídios do Norte do país.

No Amazonas, 56 pessoas foram mortas no Compaj (Complexo Penitenciário Anísio Jobim) e outras quatro na UPP (Unidade Prisional Puraquequara). No Estado de Roraima, mais de 30 pessoas morreram na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista (RR), em condições de extrema violência.

A crise nesses presídios era tragédia anunciada. Na ocasião, Conectas deu visibilidade ao relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que, um ano antes, já alertava para a superlotação, para as condições degradantes das instalações e para o clima de tensão dentro do Compaj. Também o relatório do Subcomitê de Prevenção à Tortura da ONU, ainda em novembro de 2016, havia alertado sobre o risco de mortes na unidade.

Junto a parceiros, Conectas realizou uma missão *in loco* para verificar a situação desses presídios e cobrou das autoridades federais e locais a implementação de medidas para garantir a segurança dos presos, diminuir o encarceramento em massa e a responsabilização de agentes públicos. E foi enviada à presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), ministra Cármen Lúcia, uma proposta requerendo a criação de uma comissão especial sobre o sistema prisional.

Inspeção realizada pela Conectas, Justiça Global e Pastoral Carcerária no Compaj (Complexo Penitenciário Anísio Jobim), em Manaus (AM), poucos dias após a rebelião que deixou 56 mortos. Foto: Rafael Custódio/Conectas

Realidade visceral

Com quase 727 mil presos, segundo dados do Ministério da Justiça relativos a junho de 2016, o Brasil é o país que concentra a terceira maior população prisional do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. O inchaço das unidades prisionais de todo o país é um dos principais desafios: atualmente existe um déficit de 358 mil vagas no sistema. Para expor essa situação, a RJC (Rede Justiça Criminal), da qual a Conectas faz parte, realizou a campanha "Encarceramento em Massa não é Justiça". Como parte da campanha, a RJC realizou em São Paulo, em abril de 2017, a exposição "Realidade Visceral", simulando em realidade virtual a situação de uma cela de presídio. O vídeo 360º da campanha teve forte impacto nas redes sociais. Apenas na página da Conectas, foram mais de 21 milhões de visualizações. **Acesse a página da campanha: www.prisaonaoejustica.org**

Assista ao vídeo que viralizou na internet:

MULHERES **ENCARCERADAS**

Os trabalhos de litigância estratégica e incidência da Conectas conquistaram importantes vitórias em 2017. Em abril, as mulheres condenadas por tráfico de drogas rés primárias, com bons antecedentes e que não fazem parte de organização criminosa tiveram acesso ao indulto. Essa medida inédita só foi possível após amicus curiae da Conectas ao STF (Supremo Tribunal Federal) que gerou decisão de 2016 determinando que tráfico privilegiado não deve ser considerado crime hediondo. Por vários anos, a Conectas pressionou o Executivo e o Judiciário a conceder esses direitos para pessoas condenadas por tráfico privilegiado.

Outra decisão da Justiça paulista beneficiou mulheres presas. Juntamente com organizações parceiras, a Conectas apresentou uma ação civil pública em 2012 exigindo ensino noturno às cerca de 2.000 detentas da Penitenciária Feminina de Santana. Em novembro, finalmente a 10ª Câmara de Direito Público do TJ-SP condenou o governo paulista a uma multa diária de R$ 500 até o limite de R$ 500 mil se a medida não for implementada.

O Infopen Mulheres aponta que, em junho de 2016, estavam presas no Brasil 42.355 mulheres, superando a Tailândia (41.119) e ficando atrás somente dos Estados Unidos (211.870), China (107.131) e Rússia (48.478). Foto: Divulgação/CNJ

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA **PERPETUAM A TORTURA**

Relatório elaborado pela Conectas mostra falhas do sistema de Justiça em prevenir a tortura por meio das audiências de custódia de São Paulo

Em fevereiro de 2017, a Conectas lançou a pesquisa "Tortura Blindada", na qual analisou como juízes, promotores e defensores públicos de São Paulo tratam relatos de tortura e maus-tratos nas audiências de custódia. Mais de 500 casos foram analisados pela equipe e constatou-se que, embora o Ministério Público tenha a responsabilidade constitucional do controle externo das polícias, em 80% dos casos analisados os promotores não fizeram qualquer tipo de pergunta para o custodiado, mesmo quando houve evidência clara de tortura.

A pesquisa teve grande repercussão na mídia e foi lançada também no Rio de Janeiro e em Brasília. Em maio, o relatório foi apresentado em evento paralelo à 34ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos decidiu incluir um capítulo específico para tratar dos achados da pesquisa em seu último relatório sobre pessoas privadas de liberdade nas Américas.

Conheça a pesquisa na íntegra:

Evento de lançamento da pesquisa Tortura Blindada, realizado no dia 21/2, no Memorial da Resistência, em São Paulo (SP). Foto: João Paulo Brito/Conectas

Rafael Custódio, coordenador do programa Violência Institucional da Conectas, denuncia a prática de tortura em prisões brasileiras, em audiência da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), realizado em Washington. Foto: Daniel Cima/CIDH

LICENÇA PARA **MATAR**

Em 2017, foi aprovado pelo Congresso o projeto que altera o Código Penal Militar e oferece foro militar a membros das Forças Armadas envolvidos em mortes de civis, quando praticados em operações de garantia da lei e da ordem. A Conectas atuou ativamente para tentar barrar o projeto, que representa um grave retrocesso em matéria de direitos humanos. Junto com parceiros, fez uma campanha entitulada "Licença para Matar", que incluía uma petição online que recebeu mais de 10 mil assinaturas.

AS AÇÕES DA CONECTAS NA OEA

Durante as sessões da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), a Conectas trabalhou para levar denúncias de violações e cobrar medidas do Estado brasileiro. Veja a seguir alguns dos temas que trabalhamos em 2017:

Drogas

Em maio de 2017, a CIDH realizou uma audiência inédita sobre violações de direitos humanos decorrentes da atual política brasileira de combate às drogas. Na ocasião, o comissário da CIDH, James Cavallaro, afirmou que "a lógica da guerra às drogas falhou e o Brasil deve abandoná-la". A audiência aconteceu em meio à megaoperação policial realizada pela prefeitura e o Estado de São Paulo na região conhecida como "cracolândia". A Conectas e outras entidades presentes solicitaram que as autoridades interrompessem imediatamente as ações policiais violentas no local e retomassem as políticas de assistência social aos dependentes. A audiência foi solicitada pela Conectas e pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas.

Regime socioeducativo

Em outra audiência inédita, a Conectas e os representantes de outras 25 entidades denunciaram a prática da tortura em unidades do sistema socioeducativo, além de projetos de lei em tramitação no Congresso que visam a reduzir a maioridade penal ou aumentar o tempo máximo de internação de menores em conflito com a lei. Como consequência, os comissários da CIDH, James Cavallaro e Esmeralda Arosemena Troitiño, vieram em missão ao Brasil avaliar violações de direitos humanos em algumas unidades do sistema socioeducativo. Durante a visita, Cavallaro se reuniu com a sociedade civil de São Paulo em encontro organizado pela Conectas.

Supercaso

Em decisão sem precedentes, a Corte Interamericana de Direitos Humanos aglutinou as denúncias relacionadas a quatro casos: o do complexo penitenciário de Pedrinhas (MA), de Curado (PE), da Unidade de Internação Socioeducativa (ES) e do presídio Plácido de Sá Carvalho (RJ) e cobrou explicações do Brasil. A Conectas participou das audiências, defendendo que o sistema prisional brasileiro atingiu um nível alarmante de degradação e cobrando ações do governo brasileiro.

Debate Constitucional - Conectas no STF

A Conectas atua fortemente no judiciário brasileiro apresentando argumentos nos casos mais relevantes envolvendo direitos humanos sob análise do STF (Supremo Tribunal Federal) e de outras cortes superiores. Entre os casos mais emblemáticos de 2017 estão o IDC (Incidente de Deslocamento de Competência) nº 9, no qual a Conectas comprovou o atendimento de todos os requisitos para o deslocamento de competência no caso da chacina do Parque Bristol em 2006, ocorrida durante os chamados Crimes de Maio e o *amicus curiae* apresentado junto com o ITTC (Instituto Terra, Trabalho e Cidadania) ao STF com argumentos favoráveis à ADPF 442, que defende a possibilidade de descriminalização do aborto até 12 semanas. Veja as ações nas quais a Conectas atuou através de *amicus curiae* em 2017:

- **ADI 5708** - Descriminalização da Cannabis para fins medicinais
- **ADPF 347** - Estado de Coisas Inconstitucional (Sistema Prisional)
- **RE 806339** - Liberdade de reunião e aviso prévio
- **PSV 125** - Tráfico Privilegiado - Progressão de Pena segundo a Lei dos Crimes Hediondos
- **ADPF 442** - Descriminalização do Aborto
- **IDC 9 (STJ)** - Crimes de Maio

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

BRASIL RETROCEDE NO COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Portaria do governo brasileiro transfere ao Ministério do Trabalho decisão sobre empresas que devem ser incluídas na chamada "lista suja"

O ano de 2017 marcou o passo atrás do Brasil em suas políticas de combate ao trabalho análogo ao escravo. Em março, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) acatou uma ação do governo brasileiro que solicitava a suspensão da divulgação da chamada "lista suja" até a conclusão de uma disputa judicial sobre o tema. A decisão foi revertida alguns dias depois.

Em novembro do mesmo ano, uma portaria (1.129/17) do Ministério do Trabalho mais uma vez teve a lista suja como alvo. Além de mudar a definição de trabalho escravo limitando os casos a serem condenados, a portaria transferia ao ministro do trabalho a prerrogativa de decidir quais empresas incluir no documento. Além disso, o orçamento para fiscalização foi drasticamente reduzido. Após ampla pressão da sociedade civil, a portaria foi suspensa pelo STF.

Conectas atuou fortemente para barrar as mudanças: denunciou no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, a tentativa do governo de suspender a publicação da lista suja e a interrupção do repasse de recursos à Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo. Em novembro, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, enviou um apelo urgente ao ONU alertando para o dano irreparável que a portaria 1129 poderia trazer aos direitos dos trabalhadores.

Saiba mais:

RECOMENDAÇÕES DA ONU NA PRÁTICA

Em 2017, a Conectas iniciou um projeto de monitoramento da implementação, pelo governo e pelas empresas brasileiras, das 28 recomendações do GT da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos. Estas recomendações foram elaboradas após visita do GT ao Brasil em 2015.

O acompanhamento se dá em quatro eixos: políticas públicas governamentais, políticas e práticas empresariais, marco normativo e regulatório, e casos concretos de violações a direitos humanos por empresas, conforme os empreendimentos citados pelo GT em seu relatório (Belo Monte, Rio Doce/Mariana, Suape, Vila Autódromo/ Olimpíadas etc.).

A Conectas também levou ao Fórum Anual de Em- presas e Direitos Humanos discussões sobre a im- plementação do acordo do desastre ambiental após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). A organização apoiou a participação de uma representante de comunidades pescadoras da foz do Rio Doce, no Espírito Santo.

FINANCIAMENTO COM SUSTENTABILIDADE

Em parceria com a O.P Jindal Global University (Índia) e a Fudan University (China), a Conectas publicou em 2017 o relatório "Construindo a infraestrutura para o desenvolvimento sustentável do século 21: lições e oportunidades para o NBD". O documento traz princípios de sustentabilidade para nortear o desenho e a implementação de projetos de infraestrutura financiados pelo NDB (Novo Banco de Desenvolvimento - Banco dos BRICS).

Leia o relatório:

DIREITO ORIGINÁRIO À TERRA

Tese do "marco temporal" levada ao STF só prevê direito à terra a povos tradicionais que ocupavam seus territórios na data de promulgação da Constituição de 1988

Em 2017, os povos tradicionais sofreram uma série de ataques contra seus direitos. Votações importantes no STF (Supremo Tribunal Federal) tentaram emplacar a tese do marco temporal, segundo a qual apenas os indígenas e quilombolas ocupando seus territórios na data da promulgação da Constituição de 1988 (5/10/1988) teriam seu direito à terra reconhecido.

Em agosto, entretanto, o STF foi unânime em rejeitar ação do Estado do Mato Grosso (ACO 362 e 366) pedindo indenização pelo Parque Nacional do Xingu, e pelas terras dos povos Paresi, Nambiwara e Enaewnê-Nawê, denominadas "Salumã", "Utiariti" e "Tirecatinga".

Para o relator, o ministro Marco Aurélio, a posse da terra pelos indígenas não diz respeito apenas à ocupação do território, mas também às relações culturais, intelectuais e de sobrevivência.

Também ano passado, a ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 3239 quase entrou em votação. A ação questionava o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. A Conectas Direitos Humanos atua no processo como *amicus curiae*.

Vídeo: entenda o que é o marco temporal:

ARMAS: A UM PASSO DA RATIFICAÇÃO

Em 2017 a ratificação do TCA (Tratado sobre Comércio de Armas) voltou a avançar no Congresso. Em dezembro, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou parecer favorável à ratificação. O texto seguiu para o plenário da Câmara onde também foi aprovado. Desde 2013, quando o Brasil assinou o documento, a Conectas trabalha pela sua ratificação. O tratado representa um maior controle e mais transparência sobre as exportações de armamentos produzidas no país.

Em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal julgou favoravelmente aos povos indígenas pelo direito à posse de terras originárias no Mato Grosso. Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil.

#Resista

Cerca de sessenta entidades de todo o país, entre elas a Conectas, se uniram em um movimento de resistência contra uma série de retrocessos socioambientais promovida por parlamentares ligados à bancada ruralista no Congresso e pelo governo Temer. O grupo trabalha em ações de incidência política, denúncias e em comunicação para pressionar contra diversas medidas e propostas que afetam especialmente os povos tradicionais, os trabalhadores rurais e o meio ambiente. No lançamento em maio, o #Resista divulgou uma carta pública convocando outras entidades e a sociedade a aderirem ao movimento.

RIO DOCE: REPARAÇÃO DISTANTE

Dois anos depois, a tragédia do Rio Doce continua sem solução: os culpados não foram responsabilizados e há problemas no processo de reparação dos atingidos. Em junho, a Conectas participou de um debate sobre o tema em evento paralelo que aconteceu durante a 35ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Em novembro, a organização visitou comunidades atingidas pelo rompimento da barragem, ouviu suas demandas e produziu um vídeo que foi exibido no final do mesmo mês, na ONU, onde a Conectas e os atingidos cobraram providências das autoridades e das empresas envolvidas.

Assista ao vídeo

FORTALECIMENTO DO ESPAÇO DEMOCRÁTICO

COM VETOS, **BRASIL APROVA NOVA LEI DE MIGRAÇÃO**

Nova lei torna Brasil referência internacional para acolhida humanitária de migrantes, mas vetos presidenciais e decreto de regulamentação enfraquecem aspectos de proteção

Aprovada pelo Congresso em dezembro de 2016, a nova Lei de Migração (lei nº 13.445/2017) foi sancionada pelo presidente Michel Temer em maio de 2017. Criada para substituir o Estatuto do Estrangeiro, da época da ditadura militar, a nova lei abandona a visão de que o migrante é uma ameaça à segurança nacional e passa a tratar o tema sob a perspectiva dos direitos humanos. Conectas trabalhou pela aprovação desse novo marco legislativo desde 2015.

Contrariando amplo consenso obtido no Congresso, 20 artigos da nova lei foram vetados pelo presidente, como o que previa anistia a migrantes que chegaram ao Brasil até julho de 2016, independentemente de sua situação migratória.

Conectas condenou publicamente os vetos e pressionou o governo para que realizasse um processo transparente de implementação. Junto com diversas organizações, a entidade participou de uma audiência pública para sugerir pontos importantes do decreto. Porém, em dezembro, o texto publicado trouxe mais retrocessos. Ao tornar mais rígidas as regras para o visto de trabalho, o regulamento criou discricionariedades que contrariam o princípio de não discriminação previsto na lei.

REFUGIADOS **VENEZUELANOS**

A grave crise econômica e humanitária que afeta a Venezuela intensificou, a partir de 2017, o fluxo de migrantes desta nacionalidade a diversos países das Américas. O Brasil não ficou de fora: o Estado de Roraima, que faz fronteira com o país, tornou-se a porta de entrada desse novo fluxo.

Ainda antes da implementação da nova Lei de Migração, Conectas atuou para que o governo brasileiro concedesse residência provisória e autorização para trabalho regular a venezuelanos. Juntamente com parceiros, a organização pressionou pelo fim da taxa cobrada dos migrantes para obter o documento de residência, o que foi garantido por liminar em agosto e oficializado no início de 2018.

Além de incidência com autoridades nacionais e locais, a Conectas também realizou missões *in loco* à capital de Roraima, Boa Vista, e à cidade de fronteira Pacaraima para analisar a situação dos migrantes e produzir recomendações às autoridades.

Pai e filho cruzam a fronteira entre Venezuela e Brasil na cidade de Pacaraima (RR). Localizada na fronteira, a cidade de 6.000 habitantes tornou-se porta de entrada para os migrantes venezuelanos que vêm ao Brasil em busca de melhores condições de vida diante da crise econômica e humanitária que afeta o país vizinho. Foto: Leonardo Medeiros/Conectas

O BRASIL **PRESTA CONTAS NA ONU**

Em 2017, o Brasil passou pelo terceiro ciclo da Revisão Periódica Universal, em que Estados-membros da ONU avaliaram a situação de direitos humanos do país

Em maio de 2017, o Brasil passou pelo 3º ciclo da RPU (Revisão Periódica Universal), no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça. No processo, o país foi sabatinado pelos Estados-membros da ONU a respeito da situação de direitos humanos.

Como oportunidade para expor as principais violações de direitos humanos que acontecem no país e contrapor a versão oficial do Estado, Conectas atuou fortemente junto às embaixadas em Brasília e representações diplomáticas em Genebra para garantir que as recomendações refletissem as preocupações da sociedade civil. Também deu ampla divulgação ao processo junto a ONGs para ampliar o número de relatórios enviados à ONU expondo os problemas em matéria de direitos humanos no país. Somente a Conectas foi responsável pelo envio de oito relatórios sobre temas como migração, violência policial, direitos indígenas, entre outros.

Ao todo, o Brasil recebeu 246 recomendações formuladas pelos países presentes na sabatina. Dessas,

apenas quatro foram rejeitadas -- entre elas a recomendação da Santa Sé, que determinava que famílias seriam formadas por um homem, uma mulher e seus descendentes.

Assista ao tutrial sobre o RPU produzido pela Conectas

Multiplicadores de conhecimento

Pensando na necessidade de difundir a RPU como uma ferramenta da sociedade para cobrar melhorias do Brasil para seus problemas de direitos humanos, a Conectas promoveu em março de 2017 uma formação para universitários multiplicadores de 19 Estados do Brasil. De volta às suas faculdades, eles compartilharam este conhecimento com professores e colegas de classe e juntos organizaram simulações da RPU inspiradas nos temas e desafios da sabatina.

NOTAS BREVES

Criação de comissão internacional do CNDH

O CNDH (Conselho Nacional de Direitos Humanos), colegiado onde a Conectas ocupa um posto como membro suplente, criou uma comissão permanente com o objetivo de fortalecer a atuação internacional do órgão. A proposta foi defendida pela Conectas e aprovada por consenso pelos membros. A partir de agora o Conselho tem uma interação mais proativa e célere com os mecanismos internacionais de proteção de direitos humanos.

Transmissão online do Comitê de ONGs

Em 2017 o Comitê de ONGs da ONU --responsável por aprovar o status consultivo de ONGs de todo o mundo junto às Nações Unidas, aprovou uma resolução para transmitir ao vivo todas as suas sessões. A Conectas, que tem status Consultivo desde 2006, liderou a defesa dessa medida porque ela possibilita uma maior transparência, facilitando a identificação dos Estados que resistem à participação da sociedade civil.

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Participantes do XV Colóquio Internacional de Direitos Humanos assistem a apresentação da Orquestra Mundana Refugi durante visita monitorada ao Museu da Imigração, em São Paulo. Foto: Eduardo Fujise/Conectas

NAVEGAR **É PRECISO**

15ª edição do Colóquio Internacional de Direitos Humanos recebeu em São Paulo mais de cem ativistas e defensores do Sul Global

Em outubro, mais de cem ativistas de 27 países se reuniram em São Paulo para o 15o Colóquio Internacional de Direitos Humanos, evento promovido pela Conectas desde 2001. O tema desta edição foi "Direitos Humanos: crise ou transição?". A proposta era buscar soluções e trocas de experiências diante de um cenário mundial de retrocessos. Além de ONGs e defensores do Sul Global, foram estimuladas as participações de movimentos sociais e coletivos a fim de abrir espaço a novos grupos e gerar novas parcerias.

Durante uma semana, os ativistas participaram de cursos, debates, oficinas, palestras e atividades culturais, além de uma feira onde todos tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos mais importantes.

A edição do Colóquio de 2017 foi realizada em parceria com o Forum Asia (Tailândia), o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória (África do Sul) e o DeJusticia (Colômbia).

Quer saber como foi o 15º Colóquio Internacional de Direitos Humanos. Assista ao vídeo:

OUTUBRO 2017
SÃO PAULO BRASIL
15°
COLÓQUIO
INTERNACIONAL
DE DIREITOS
HUMANOS

SUR - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

DIFUSÃO DE **CONHECIMENTO**

Em 2017, a Revista SUR pautou o debate sobre violações de empresas e direitos humanos e sobre a redução do espaço de atuação da sociedade civil

Desde 2004, a SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos reúne o pensamento e a produção intelectual de ativistas e acadêmicos do Sul Global sobre temas atuais do universo dos direitos humanos. Em 2017, a revista lançou dois novos dossiês: o número 25 da SUR debateu o impacto da exploração de recursos naturais e o 26, as possibilidades de ação diante do crescente fechamento de espaços de participação da sociedade civi

Ramu, Bangladesh
Foto por Jashim Salam - Bangladesh

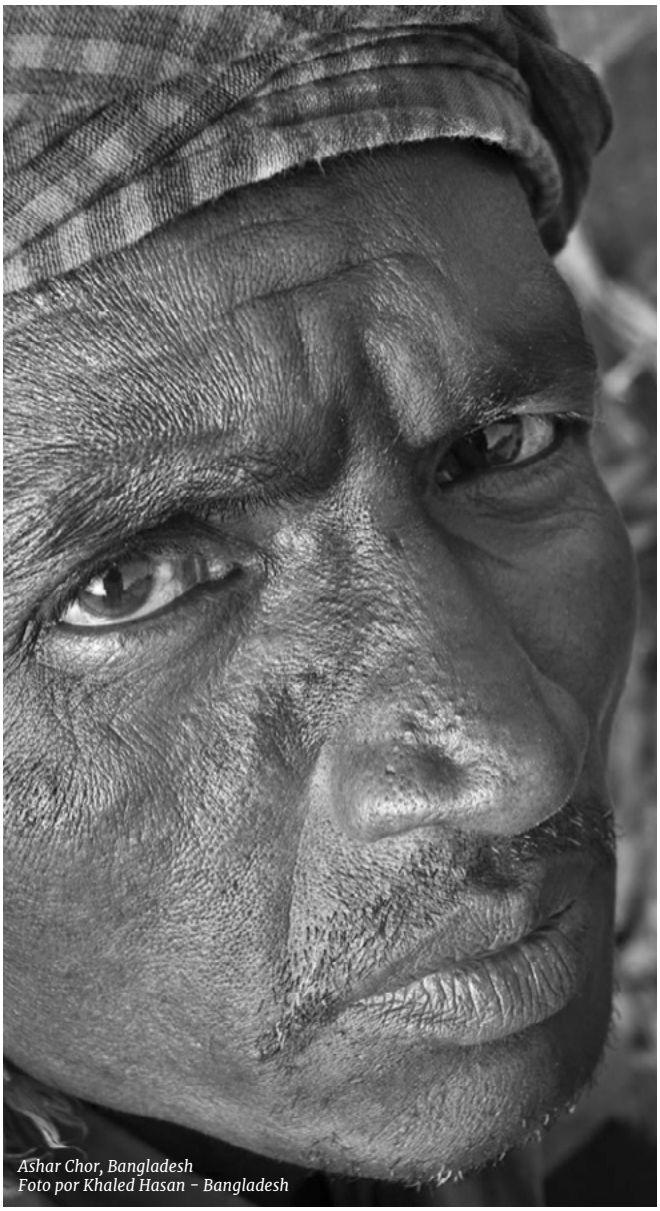
SUR 25: Recursos naturais e Direitos Humanos

A 25ª edição da Revista Sur foi publicada em julho com um dossiê especial sobre recursos naturais e direitos humanos. Este número contou com a participação de Patrick Alley, diretor da ONG inglesa Global Witness, como editor convidado. A revista apresentou estudos de caso de diversos lugares sobre o impacto da exploração de recursos naturais na proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. Além do dossiê temático, a edição 25 da SUR trouxe ainda ensaios sobre a situação dos direitos humanos no México, um artigo do relator especial da ONU para pobreza extrema, Phillip Alston, e uma entrevista com Juan Méndez sobre sua experiência como relator especial sobre tortura.

Exposição fotográfica

A Sur 25 contou com um ensaio dos fotógrafos Jashim Salam e de Khaled Hasan sobre o impacto das mudanças climáticas em comunidades de Bangladesh. Em outubro, essas imagens foram parte de uma exposição exibida pela Conectas na movimentada estação da Luz do metrô de São Paulo.

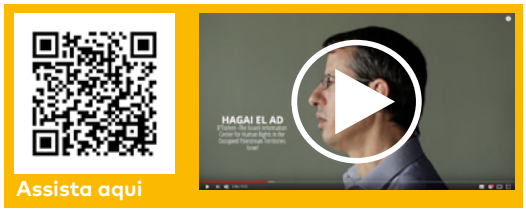
Leia a edição aqui:



Ashar Chor, Bangladesh
Foto por Khaled Hasan – Bangladesh

SUR 26: Retomando o Espaço Civil

Como parte de uma oficina de escrita, doze participantes do 15o Colóquio Internacional de Direitos Humanos foram os autores do dossiê "Retomando o Espaço Civil", parte da 26a edição da Revista Sur. O dossiê discutiu as causas e as estratégias de resposta ao crescente cerco à atuação da sociedade civil em diversos países do Sul Global. Os ativistas discorreram sobre o impacto da retirada de financiamento, a narrativa de deslegitimação do movimento de direitos humanos, o papel do setor privado da repressão à sociedade civil, assim como as adaptações necessárias para organizações atuando no Sul Global. A edição 26 da Revista Sur foi realizada em parceria com o Fund for Global Human Rights.



Depoimentos

As experiências dos 12 ativistas e autores da SUR 26 foram registradas em um vídeo especialmente lançado para a divulgação desta edição.

Leia a edição aqui:

Ashar Chor, Bangladesh
Foto por Khaled Hasan – Bangladesh

INSTITUCIONAL

UMA CONECTAS MAIS PERMEÁVEL E PRONTA PARA OS DESAFIOS GLOBAIS

A partir da reflexão sobre sua história e sobre o atual contexto de retrocessos, Conectas implementou em 2017 seu planejamento estratégico 2020

Em 2017, a Conectas implementou o seu novo planejamento estratégico plurianual, fruto de um processo de reflexão da equipe e de escuta de parceiros sobre o contexto e os desafios atuais do Brasil e do mundo.

Como resultado, a Conectas atualizou sua missão, visão e objetivos programáticos para os próximos anos, buscando tornar-se uma organização mais permeável, ágil e focada em mudanças reais.

Nesse processo, a entidade redefiniu seus principais eixos de atuação, estabelecendo iniciativas e objetivos mais claros para suas ações. As três áreas programáticas da organização passaram a ser:

- **Violência Institucional**
- **Desenvolvimento e Direitos Socioambientais**
- **Fortalecimento do Espaço Democrático**

Durante o processo de planejamento estratégico, a Conectas também reafirmou as estratégias aprimoradas ao longo de sua história e que continuarão sendo utilizadas de forma transversal, em todas as suas iniciativas, para a promoção e defesa dos direitos humanos. São elas:

- **Atuação Internacional**
- **Articulação e Parcerias**
- **Atuação Jurídica**
- **Incidência**
- **Comunicação e Engajamento**

Nova identidade, mesmos princípios

Espelhando as novidades organizacionais da Conectas, em dezembro de 2017 também foi lançada a nova marca da entidade, resultado de um processo de revisão de sua história, propósitos e visão de futuro.

A definição de uma nova marca não significou uma simples mudança visual, mas um desejo de expressar de forma coerente e atual a maneira como a organização deseja se relacionar com a sociedade e comunicar seu trabalho. Sem mudar a essência da organização, a equipe buscou reforçar a difusão e a promoção dos direitos humanos promovendo o engajamento de todos e todas a partir de um olhar do Sul Global.

Na semana de comemoração do Dia dos Direitos Humanos, a Conectas lançou ainda seu novo site, criado para garantir maior transparência e facilidade de acesso para todos.

Já conferiu o novo site da Conectas? Acesse: www.conectas.org

IDEIAS PARA UM **MUNDO MELHOR**

Conectas abre as portas de seu escritório para a terceira edição da Feira de Ideias, evento que reúne projetos inovadores sobre direitos humanos

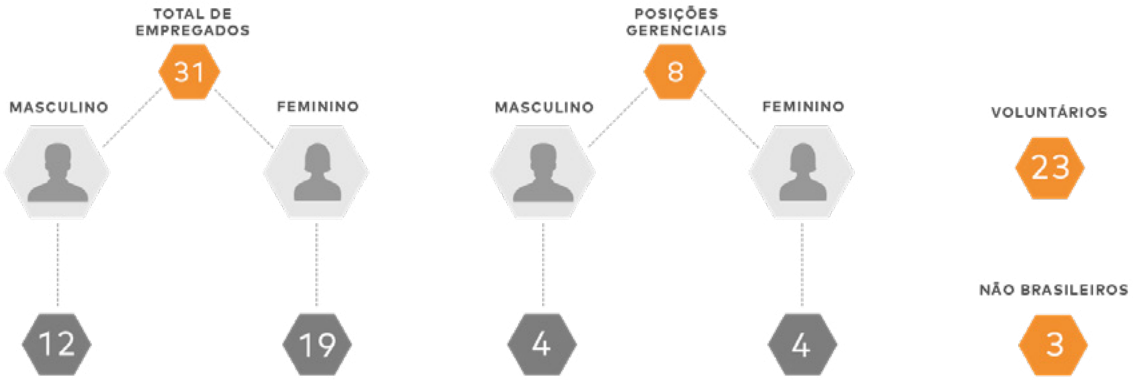
Na data em que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Conectas realizou a terceira edição da Feira de Ideias, um evento dedicado a promover o encontro entre pessoas que trabalham ou se interessam pela área dos direitos humanos, divulgando e fortalecendo suas lutas. Estudantes, pesquisadores, jornalistas, coletivos e movimentos sociais tiveram a oportunidade de expor pesquisas, projetos, trabalhos jornalísticos e artísticos que promovem a cidadania e os direitos humanos e denunciam violações no Brasil e no mundo. Esta edição contou com o apoio financeiro da Embaixada da Holanda, o que permitiu que quatro expositores de fora da cidade de São Paulo fossem selecionados para receber uma bolsa destinada a auxiliar nos custos com a viagem.

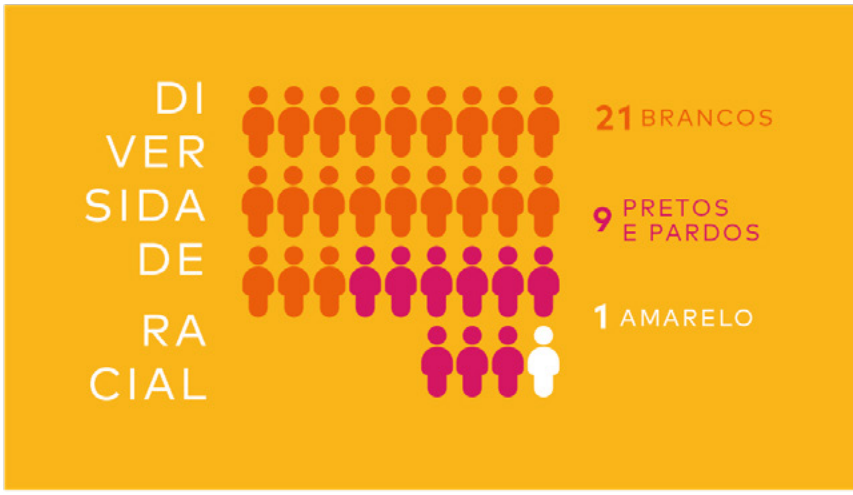
Participantes expõem seus projeto na III Feira de Ideias, realizada pela Conectas, em seu escritório, em São Paulo (SP), em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. Foto: João Paulo Brito/Conectas

TRANSPARÊNCIA

A Conectas é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que existe para proteger, efetivar e ampliar direitos como caminho para um mundo mais justo.

EQUIPE





QUEM **ACREDITA** EM **NOSSO TRABALHO**

Nosso trabalho é mantido com recursos doados por fundações privadas nacionais e internacionais, além de agências de desenvolvimento e indivíduos que compartilham de nossas causas e acreditam no impacto de nossa atuação.

Nós, da Conectas, prezamos pela transparência e pela independência. Não aceitamos doações do governo brasileiro, nem da indústria de armas, tabaco, álcool ou farmacêuticas ou de qualquer outra instituição que represente um confito de interesse com nossa atuação.

DESPESAS 2017

ÁREA TEMÁTICA	VALOR (Reais)
Fortalecimento do Espaço Democrático - Incluindo Revista Sur e Colóquio	2.654.590
Violência Institucional	1.449.298
Desenvolvimento e Direitos Socioambiental	1.120.439
Administrativo financeiro	730.377
Captação de recursos	658.840
Comunicação institucional	615.619
Desenvolvimento institucional	113.068
TOTAL	7.342.231,00

RECEITAS 2017

ENTIDADE	VALOR (Reais)
Ford Foundation	3.297.249
OAK Foundation	1.141.719
Sigrid Rausing Trust	643.200
Open Society Foundations	578.089
Juros de Aplicação	567.679
The Swedish International Development Cooperation Agency	217.349
International Network of Civil Liberties Organizations	190.936
Charles Stewart Mott Foundation	159.682
Fund for the Global Human Rights	153.536
Vontuntários	152.115
Embaixada dos Países Baixos	111.980
Channel Foundation	81.000
Anônimo	72.573
Instituto Clima e Sociedade	50.000
Embaixada da Irlanda	43.219
OHCHR - OPCAT	30.169
Doações de indivíduos	20.853
Outros	18.972
Total	**7.530.321**

INVESTIMENTO EM **TRANSFORMAÇÃO**

Todos os recursos arrecadados são investidos em nossos programas de promoção aos direitos humanos, combate a retrocessos e em denúncias de violações, além da manutenção da infraestrutura necessária à realização desse trabalho.

conectas
direitos
humanos

CONTATO

contato@conectas.org

www.conectas.org